



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12978 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT08 - Formação de Professores

BNC-FORMAÇÃO NAS LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO AMAPÁ: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Carla Busato Zandavalli - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Robson Marinho Alves - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

BNC-FORMAÇÃO NAS LICENCIATURAS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO AMAPÁ: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Resumo: Neste estudo de caso, de abordagem qualitativa, buscou-se analisar as modificações no currículo dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas do estado do Amapá (AP), em face à implementação da Base Nacional Comum para a formação inicial de professores da educação básica (BNC-Formação). Para tanto, foi realizada revisão sistemática de literatura (RSL), com uso do Parsifal, análise documental dos atos normativos correspondentes ao período de 2002 a 2019 e as ações exploratórias para a coleta de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas aos participantes da pesquisa. Os resultados parciais indicaram que as instituições ainda não estão implantando a BNC-Formação nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas e que no Amapá estão formando professores de Ciências Biológicas utilizando currículos distintos em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). As conclusões parciais apontaram resistências à implantação da Resolução CNE/CP nº 2/ 2019 (BNC-Formação), indicando-a como retrocesso e desconstrução curricular na formação dos professores.

Palavras-chave: Políticas educacionais, Currículo, DCNs, Formação de professores em Ciências Biológicas.

1 Introdução

As políticas públicas educacionais para a formação inicial dos profissionais da Educação Básica (EB) têm sido debatidas constantemente e várias pesquisas (SAVIANI, 2011; FREITAS, 2019; BAZZO; SCHEIBE, 2020; IMBERNÓN, 2022) denotam que as discussões nesta área ocorrem devido às reivindicações por melhorias na qualidade da educação brasileira, gerando movimentos constantes de reforma curricular.

No Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica são documentos aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologados pelo Ministério da Educação (MEC) que orientam a elaboração dos currículos da formação inicial e continuada de docentes em território nacional.

No período de 2001 a 2019, no Brasil, foram aprovadas várias DCNs para a formação de docentes para a Educação Básica, por meio das seguintes Resoluções: CNE/CP: nº 1/2002; nº 2/2002; nº 2/2015; nº 2/2019.

A Resolução CNE/CP nº 2/2019 é a mais recente, e define as “[...] Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)” (BRASIL, 2019, p. 1). As Instituições de Ensino Superior (IES) deveriam adequar os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), com o prazo limite inicial de até 2 (dois) anos para a implantação da BNC-Formação por parte das Instituições de Ensino Superior (IES). Após ampla mobilização nacional novas Resoluções foram publicadas pelo CNE ampliando o prazo de implantação, sendo que a última a Resolução CNE/CP nº 3/2022, define: “[...] como período de transição para a implantação definitiva das Diretrizes Curriculares Nacionais contidas nesta Resolução, o período de 1º de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2030” (BRASIL, 2022, p. 44).

No estado do Amapá o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas é ofertado pelas seguintes IES públicas: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Instituto Federal do Amapá (IFAP).

Em revisão de literatura prévia não foram identificados estudos sobre a BNC-Formação no estado do Amapá (AP). Destaca-se ainda, que a produção científica

específica do estado sobre a formação de professores de Ciências Biológicas no Estado é exígua, o que ratifica a importância de estudos sobre o assunto.

Diante desse cenário, o objetivo geral deste estudo é o de discutir as percepções sobre implantação da BNC-Formação nos cursos de Licenciaturas em Ciências Biológicas ofertados por IES do estado do Amapá (AP), suas implicações para a formação dos professores de Ciências Biológicas e para as IES.

2 Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso (LÜDKE; ANDRÉ, 2005) de abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 2013), e está sendo desenvolvida em quatro fases.

A fase bibliográfica contou com uma revisão sistemática de literatura (RSL) com uso do Parsifal (Parsif.al) utilizando as bases de indexação: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES); Google Scholar; SciELO; SCOPUS. Os critérios de inclusão para os trabalhos foram os estudos que destacam as DCNs de 2019 (BNC-Formação), com texto completo disponível, produzidos entre 2019 e 2022.

Na fase documental o *corpus* de pesquisa foi formado pelos seguintes documentos: Resolução CNE/CP nº 1/2002; Resolução CNE/CP nº 2/2002; Resolução CNE/CP nº 2/2015; Resolução CNE/CP nº 2/2019; Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Ciências Biológicas de duas IES públicas do Amapá, sendo a primeira com dois Campi, codificada como A1 e A2 e a segunda codificada como B.

Na **fase de coleta em campo**, em andamento, foram feitos contatos com as IES para a solicitação das autorizações e sensibilização dos participantes da pesquisa (Coordenadores de Cursos e Professores).

3 Resultados parciais e discussão

Os resultados parciais são referentes às fases bibliográfica e documental da pesquisa.

N a *fase bibliográfica* selecionamos 1.700 trabalhos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Formação de Professores, dos quais foram

analisados 85 trabalhos (5%) que discutem a Resolução CNE/ CP nº 2/2019. Os trabalhos são, em sua maioria, artigos científicos (89%) que enfatizam a implantação da BNC-Formação nos cursos de licenciatura, e ressaltam a preocupação da padronização curricular imposta pela BNC-Formação vinculada a BNCC-Educação básica. Entretanto, nenhum dos trabalhos analisados nessa RSL, faz menção à implantação da BNC-Formação nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas no Brasil e em especial no estado do Amapá.

Os trabalhos foram organizados nas seguintes categorias: impactos do contexto neoliberal para a formação docente, a padronização curricular via pedagogia das competências, os retrocessos na atual política de formação docente.

Por meio da análise dos PPC de licenciatura em Ciências Biológicas das IES públicas do Amapá, foi possível identificar que os Campi A1 e B aprovaram os seus PPC em 2008 e 2014 respectivamente, e ambos utilizaram as Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e nº 02/2002 para a organização dos cursos, estabelecendo competências e habilidades, conteúdos curriculares, estágios e atividades complementares, seguindo também as orientações das Resoluções criadas no âmbito interno dessas instituições.

O primeiro PPC do Campus A2 foi aprovado em 2013, adotando as Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e nº 02/2002 para a organização curricular e carga horária do curso. Em 2019 ocorreu a reformulação do PPC fundamentado na Resolução CNE/CP nº 2/2015.

A carga horária dos cursos e a sua organização curricular estão descritos, por campus, no **Quadro 1**:

Quadro 1– Carga horária total dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas das IES públicas do Amapá

IES/Campus	Resolução implantada	Carga horária total
<u>A1</u>	CNE/CP nº 01/2002 e nº 02/2002	4.120 horas (2.670 h de disciplinas obrigatórias específicas; 1.310 h de disciplinas pedagógicas; 200 h de atividades complementares).
<u>A2</u>	CNE/CP nº 02/2015	3.795 horas (1.785 h distribuídas em disciplinas específicas; 750 h distribuídas em disciplinas pedagógicas; 1.260 h distribuídas nos componentes curriculares, sendo 420 h de Prática Pedagógica, 420 h de Estágio Supervisionado, 240 h de Atividades Complementares, 120 h de disciplinas optativas e 60 h para o TCC).
<u>B</u>	CNE/CP nº 01/2002 e nº 02/2002	3.599 horas (1.468 h núcleo específico; 516 h núcleo complementar; 615 h do núcleo didático-pedagógico; 400 h prática pedagógica como componente curricular; 400 h de Estágio Supervisionado; 200 h de atividades complementares).

Fonte: PPC dos Cursos.

Nota: Quadro elaborado pelos autores.

A carga horária de todos os cursos está de acordo com as Resoluções implantadas e com a Resolução em vigor. Observou-se ainda, que nenhuma das IES implantou a BNC-Formação e que os Campi A1 e B estão com os currículos estruturados ainda conforme as Resoluções CNE/CP nº 1 e nº 2/2002, já revogadas pela Resolução CNE/CP nº 2/2015.

4 Considerações finais

Mediante os resultados parciais foi possível identificar que: a formação de professores de Ciências Biológicas no Amapá vem se dando com orientações curriculares diversas; segundo os trabalhos científicos analisados na RSL, a Resolução CNE/CP nº 2/ 2019 indica um retrocesso e desconstrução curricular na formação dos professores; não há trabalho publicado, até o momento, que descreva a implantação da BNC-Formação nos cursos de Biologia, o que aponta para a resistência dos formadores.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BAZZO, V.; SCHEIBE, L. De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 669–684, 2020.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 2013.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2020. Seção 1, p. 46-49.
- BRASIL. Resolução CNE/CP 3/2022. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de novembro de 2022, Seção 1, p. 44.
- FREITAS, H. C. L. de. 30 Anos da Constituição: avanços e retrocessos na formação de professores. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 511–528, 2019.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**. São Paulo: Cortez, 2022.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Campinas: E.P.U, 2005.
- SAVIANI, D. **Educação em diálogo**. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.